

INCLUSÃO, EDUCAÇÃO E SOCIEDADE: POLITICAS DE IGUALDADE E COMBATE A DISCRIMINAÇÃO

MATHEUS, Queila

Orientadora: Prof^a Ms. Nanci de Almeida Rezende

RESUMO

Esta pesquisa bibliográfica tem como objetivo trazer aos profissionais da educação que trabalham com a inclusão, a informação dos efeitos que a política educativa inclusiva vem dinamizando socialmente. A inclusão tenta mostrar uma nova realidade e a exclusão vem como forma de resistência. Precisa-se conhecer a realidade em sua complexibilidade e identificarem-se as falhas nessa relação, já que se constitui dentro de um sistema que é gerado por interesses maiores em termos de construção de ideologias, tido como certo para progredir e crescer, sempre querendo ser o melhor, o perfeito e tentar incluir os excluídos. Essa é uma das diversas maneiras que o sistema encontrou para se adequar a sociedade perfeita existente apenas no papel.

Palavras-chave: Inclusão, Exclusão, Educação, Políticas, Sociedade.

1. INTRODUÇÃO

A Inclusão é constituída a um modelo de desenvolvimento homogêneo, presente no país e em todo o mundo capitalista que se preocupa somente em produzir para adquirir capital dentro desse contexto. A pobreza passou a ser algo rentável para os grandes capitalistas e o termo inclusão social ganhou grande destaque na mídia e para o beneficiamento de poucos e a miséria de muitos.

Tem-se pautado na política de educação inclusiva e a adequação do sistema de ensino às necessidades educacionais de todos os alunos, todavia sabe-se que a transformação de práticas pedagógicas numa perspectiva inclusiva é um processo lento que exige esforços dos profissionais envolvidos na reflexão teórica e adequação em práticas dos princípios norteadores do paradigma da inclusão.

A exclusão faz parte da engrenagem da sobrevida deste sistema onde ele classifica e avalia o potencial de cada um. A exclusão vem conceituar este conjunto de dimensões impostas á sociedade e deixa a maioria das pessoas fora da margem do poder

e da riqueza. Ela, a inclusão, tenta mostrar uma nova realidade; a exclusão vem como forma de resistência. Precisa-se conhecer a realidade em sua complexibilidade, identificar e corrigir as distintas falhas que ocorrem em nossa sociedade. Sim, a inclusão se constitui dentro de um sistema que é gerado por interesses maiores em termos de construção de ideologias, tido como certo, para progredir e crescer sempre querendo ser o melhor, o perfeito, e tentar incluir os excluídos. É uma das diversas maneiras que o sistema encontrou para se adequar a sociedade perfeita existente apenas no papel. Nesse sentido, a escola especial e a escola inclusiva, ambas entendidas no seu conjunto de práticas discursivas, acabam instituindo o próprio sujeito de quem as representam. Para tanto, o presente trabalho tem como objetivo: Incluir no Projeto Político Pedagógico da Escola uma política educativa de prevenção e combate a discriminação da criança portadora de deficiência física, mental e social.

Oferecer material teórico sob a forma de um plano para combater a discriminação, nas mais diversas deficiências e também para garantir que todos tenham acesso a uma educação com resultados positivos nas mais diversas atuações. A inclusão é uma realidade, em seu contexto é preciso buscar métodos para trabalhar com essa verdade dentro da escola buscando integrar a criança com a sociedade. A educação tem assumido papel de destaque no panorama das políticas governamentais brasileiras, principalmente a partir da década de 1990, em que se pode verificar o fortalecimento do discurso e de propostas que revelam a intenção de garantir a educação para todos.

No que refere a exclusão social e, particularmente, a educacional, requer um trabalho mais amplo e articulado, pois estamos distantes ainda dos objetivos que precisamos alcançar mediados pela educação.

Esta pesquisa destina-se a trazer aos trabalhadores da educação, a informação dos efeitos que a política educativa inclusiva municipal, estadual e federal que vem dinamizando no social dentro das escolas. Sem pretensão política, mas com a responsabilidade em oferecer conhecimento da dinâmica que as benfeitorias da inclusão constroem em benefício dos incluídos e daqueles que convivem com a prática do respeito, da compreensão e de justiça para com todos, relatando o ponto de vista de pais, alunos e professores em relação á inclusão dentro e fora da escola, na introdução de uma proposta de educação inclusiva na rede de ensino, vem se caracterizando por diferentes ações e investimentos da secretária de educação do delineamento de metas a curto, médio e longo prazo, que visam á flexibilidade do sistema de ensino.

2. INCLUSÃO/EXCLUSÃO: DUAS FACES DA MOEDA

A adaptação inclusiva preocupa-se com o bem estar do aluno e devem ser oferecidas estruturas, materiais didáticos e praticas de ensino adequado, com profissionais preparados para fazer um trabalho diferenciado e que saiba avaliar o potencial da criança e suas limitações. A inclusão na escola regular proporciona a criança especial, a integração social onde ela irá aprender a interagir com outras crianças e certamente terá menos de dificuldades do que uma criança que frequenta somente a escola especial. O que falta à sociedade em geral é conhecimento, a maior barreira encontrada em relação a necessidades especiais são atitudes negativas e preconceito de todos os membros da sociedade. Em alguns casos a família é o principal empecilho na vida de uma criança especial, onde esta limita seus horizontes, impedindo o crescimento social da criança.

Aceitar diferenças dentro de uma sociedade capitalista perfeccionista não é fácil.

Interpretar e passar despercebido dentro de um contexto onde o diferente é algo a ser ignorado, e excluído, chega a ser ridículo numa sociedade moderna e sensível a olhares. Abordar a questão da inclusão não significa vê-la como algo experienciado somente por grupos culturais diferentes ou não, no caso por grupos rotulados como deficientes e portadores de necessidades especiais.

A problemática da inclusão/exclusão a todos nas suas mais diversas formas, ou seja, todos podem ser incluídos em algumas situações e excluídos de outras dentro desse ponto de vista não existe alguém totalmente incluído nem excluído por completo. Os princípios básicos que fundamentaram o socialismo marxista podem ser sintetizados em três teorias centrais: a teoria da mais-valia, onde se demonstrava a maneira pelo qual o trabalhador é explorado na produção capitalista. Partindo desse ponto de vista, a sociedade é excludente o que não é considerado normal e não se encaixa dentro da demanda capitalista não serve fica para segundo plano. As políticas de inclusão escolar, que hoje vem configurando o campo da educação, definem e fixam quem é anormal: loucos, surdos, homossexuais, paraplégicos, meninos e meninas de rua, sem terra, negros, velhos dentre outros dentro do contexto pedagógico um sujeito único. A teoria da luta das

classes, onde se afirma que a história da sociedade humana é a história da luta das classes ou do conflito permanente entre exploradores e explorados.

Os processos sociais partiram da filosofia iluminista onde o sujeito é o centro dos processos sociais, políticos, econômicos e culturais.

O homem demorou séculos para entender e explicar cientificamente algumas entre tantas deficiências. Até alcançar uma compreensão a respeito dessas anomalias, ele conviveu com explicações as mais variadas que sempre o distanciavam da necessidade ou da importância de encarar a deficiência como uma realidade humana (CAPUTO; GUIMARÃES, 2003, p.51)

A inclusão em sala de aula depende do entendimento de que o processo de conhecimento é tão importante quanto seu produto final respeitando o nível de dificuldade e o ritmo de cada um. Os profissionais da área precisam encarar a realidade de cada um organizando estratégias para que haja evolução da aprendizagem e se adaptem a novas situações correspondentes as suas condições de adaptação. Inclusão social. A chamada educação inclusiva teve início nos Estados Unidos através da lei pública 94.142, de 1975. Por educação inclusiva se entende o processo de inclusão dos portadores de necessidades especiais ou de distúrbios de aprendizagem na rede comum da rede de ensino em todos os seus graus. Criança tem direito a escolarização no mais próximo possível do normal, o alvo a ser alcançado é a integração da criança portadora de deficiência na comunidade. Entendemos por inclusão a mudança da criança com necessidades educativas especiais da escola especial para a escola regular, onde ela é integrada a turma de crianças dita normal. Pode-se dizer que a inclusão é: atender os estudantes portadores de necessidades educativas especiais, na sua residência, propiciar a ampliação do acesso desses alunos às classes comuns; propiciar aos professores da classe comum um suporte técnico; perceber que as crianças podem aprender juntas, embora com objetivos e processos diferentes; levar os professores a estabelecerem formas criativas de atuação; priorizar um atendimento integrado a professores de classes comuns. A integração significa tornar nas escolas, especiais através da transposição das melhores práticas, dos melhores professores e dos melhores equipamentos para o sistema regular de ensino, mesmo quando eles parecem não ser necessário.

O processo de inclusão refere-se a um processo educacional que visa a estender ao máximo a capacidade da criança portadora de deficiência na escola e na classe regular. Envolve fornecer o suporte de serviços na área, através de seus profissionais. A

inclusão é um processo constante que necessita de tempos em tempos ser revisto.

Sendo um processo cheio de imprevistos, a inclusão, não tem fórmulas prontas de trabalho e que exige aperfeiçoamento constante. Cabe ao corpo diretivo da escola buscar orientação e suporte das associações assistenciais, das autoridades médicas e educacionais sempre que a matrícula de um deficiente for solicitada. Esse, que requer um reestruturação do sistema de ensino a fim de fazer com que a escola se torne aberta as diferenças e que tenha competência para trabalhar com todos os educandos, sem distinção de raça, classe, gênero ou características pessoais.

Todas as crianças que estão nas escolas especiais têm o direito de entrar no sistema regular, em turmas de acordo com sua idade, direito esse adquirido constitucionalmente. A educação inclusiva é entendida como aquela que, além de acolher todas as crianças, garante um dinamicidade curricular que mude o caráter discriminatório do fazer pedagógico, a partir das necessidades dos alunos. (MEC,1998). Acredita-se não são os especialistas e nem os métodos exclusivos mais sofisticados que garantirão aos alunos com dificuldade de aprendizagem que muitas vezes são rotulados pela sociedade, a possibilidade de se integrarem a escola comum, mas um esforço efetivo, visando capacitar os professores para trabalharem com diferenças e diversidades. Ela é possibilitada pelos professores que entendam que o processo de conhecimento é tão importante quanto seu produto final. A inclusão não prescreve a individualização do ensino para alunos com necessidades, mas a diminuição ou a eliminação de obstáculos, para que professores aperfeiçoem práticas, despertando competências, sejam elas amplas ou restritas, cumprindo assim com suas responsabilidades.

2.1. A sociedade ideal

Inclusão Social é oferecer aos mais necessitados oportunidades de participarem da distribuição de renda do País, dentro de um sistema que beneficie a todos e não somente uma camada da sociedade. Uma sociedade é o conjunto de seus indivíduos com seus valores, suas atitudes por eles desenvolvidas. Como se pode observar, o sucesso e o fracasso da humanidade ou de uma sociedade têm origem no indivíduo e na família. A construção dos indivíduos e por extensão, das famílias, dá-se no interior das próprias famílias, na escola e na sociedade e nos estamentos adequados á formação espiritual, que, na maioria dos países ocidentais, estão entregues as igrejas. O produto

de tudo que é fabricado em relação ao trato com pessoa constitui as crises morais e a desorganização progressiva da sociedade, que nada mais são que as crises do homem, da família da escola e da igreja e da própria sociedade.

Nos dias atuais ouve-se muito falar sobre inclusão social, sempre mostrando os dois lados da moeda, na escola pública e na particular, nos cursos e nas empresas, e também na mídia o que se torna muito importante para o progresso tanto da nação como progresso interior como pessoa sócia. Inclusão Social nada mais é que trazer aquele que é excluído socialmente por algum motivo, para uma sociedade que participe de todos os aspectos e dimensões da vida - o econômico, o cultural, o político, o religioso e todos os demais, além do ambiental. Porém essa inclusão para muitos se torna incompreensível. É difícil manter contatos com pessoas que necessitam dessa inclusão social, quando dizemos inclusão não é somente para alunos com necessidades educativas é para todos. A realidade é que a sociedade quer enxergar somente aquilo que deseja o que torna os obstáculos ainda mais difíceis. Mas como podemos mudar esse quadro, com um trabalho árduo de sociabilidade, respeito e cidadania. A troca de conhecimentos que será adquirido através da inclusão social é vantajosa para todos, tanto para aqueles que ensinam como também para aqueles que aprendem.

2.2. Barreiras para a inclusão social

Em um mundo cheio de incertezas, o homem está sempre em busca de sua identidade almejando se integrar à sociedade na qual está inserido. Há, no entanto, muitas barreiras para aqueles que são portadores de deficiência, em relação a este processo de inclusão. Segundo Freire, não é possível fazer uma reflexão sobre o que é a educação sem refletir sobre o próprio homem. Geralmente, as pessoas com deficiência ficam à margem do convívio com grupos sociais, sendo privados de uma convivência cidadã. A inclusão dentro de um contexto social baseia-se no princípio.

A inclusão pode estar associada à idéia de uma comunidade de aprendizagem diferente, dentro do qual as pessoas atingem nível mais alto de desenvolvimento juntas do que conseguiram separadamente. A suposição básica é que todas as crianças possuem necessidades especiais a serem satisfeitas, e aquelas cujas necessidades são bastante óbvias. Esses princípios implicam uma procura sem fim por uma melhoria nas condições. Preocupações sobre o crescimento afetivo e emocional das crianças são relevantes, assim com a qualidade da relação pedagógica e a necessidade de disponibilizar um apoio contínuo a todos os alunos. Existem muitas maneiras de se criar um contexto educacional inclusivo. Isso envolve a criação de

condições organizacionais e curriculares nas quais cada um e todos os alunos possam aprender. Também pode ser antecipado que os processos inclusivos não terão como objetivo meramente os indivíduos, mas também a comunidade de alunos (PACHECO 2007, p. 115).

A inclusão abrange todas as camadas da sociedade em geral as menos favorecidas não apenas aqueles que tem necessidades visíveis como os portadores de necessidades educativas especiais, mas também os excluídos da sociedade do mundo capitalista envolvendo complexos padrões de comportamento tais como crenças manifestações artísticas e culturais, intelectuais dentre outras. Transmitidos coletivamente e típicos de uma sociedade. Cultura centralizada significa poder, e o capitalismo regula a cultura com o objetivo de controlá-la e seu principal meio de controle dentro da sociedade é a escola fazendo com que as mudanças curriculares ocorra de acordo com os interesses da demanda capitalista usando o currículo para controlar professores e alunos e o meio social onde os mesmos vivem.

No Brasil, a Lei Federal nº 7853, de 24 de outubro de 1989, assegura os direitos básicos dos portadores de deficiência. Em seu artigo 8º constitui como crime punível com reclusão (prisão) de 1 à 4 anos e multa, a quem:

1. Recusar, suspender, cancelar ou fazer cessar, sem justa causa, a inscrição de aluno em estabelecimento de ensino de qualquer curso ou grau, público ou privado, porque possui necessidades especiais.
2. Impedir o acesso a qualquer cargo público porque é portador de deficiência.
3. Negar trabalho ou emprego, porque possui necessidades especiais.
4. Recusar, retardar ou dificultar a internação hospitalar ou deixar de prestar assistência médico-hospitalar ou ambulatoria, quando possível, a pessoa possui necessidades especiais.

Apesar de atualmente a maioria dos países apresentar alguma legislação que assegura os direitos de todos os cidadãos igualmente, poucas sociedades estão preparadas para exercer a inclusão social em sua plenitude. Pessoas com dificuldades de locomoção, por exemplo que enfrentam barreiras todos os dias para utilizar os transportes públicos ou a ter acesso em prédios de órgãos públicos como escolas e hospitais. A necessidade de se construir uma sociedade democrática e inclusiva, onde todos tenham seu lugar é um consenso. O crédito vai, principalmente para a luta do movimento de pessoas com deficiência que compreenderam que a acessibilidade é um

dos meios para se alcançar a inclusão social. O que deve ser feito já está previsto no Decreto Federal 5296/2004, conhecido como Lei de Acessibilidade, e em muitas outras normas. Mas a lei nem sempre é cumprida e, na realidade uma parte significativa da população ainda vive à margem. Uma das reclamações mais comuns, por exemplo, é a falta de conscientização de quem usa o estacionamento destinado aos deficientes. Assegurar os direitos sociais da pessoa com deficiência, criando condições para promover sua autonomia, inclusão social e participação efetiva na sociedade deve ser uma luta diária e de cada um de nós.

Muitas pessoas e instituições estão trabalhando pela inclusão social e a informação é uma das grandes armas contra a discriminação. Incluir não é simplesmente colocar para dentro quem está fora. “O conceito de inclusão nos ensina não a tolerar, respeitar ou entender a deficiência, mas sim a legitimá-la, como condição inerente ao ‘conjunto humanidade’. Uma sociedade inclusiva é aquela capaz de contemplar sempre, todas as condições humanas, encontrando meios para que cada cidadão, do mais privilegiado ao mais comprometido, exerça o direito de contribuir com seu melhor talento para o bem comum ambiente inclusivo, por meio de ações de direito e de comunicação. As barreiras físicas e sociais são cada vez menores, embora a inclusão não seja uma necessidade exclusiva das pessoas com deficiência, muitas vezes ela ganha maior visibilidade na forma de rampas, equipamentos adaptados para pessoas com impedimentos auditivos ou visuais ou na presença de pessoas com deficiência inseridas no mercado de trabalho.

Diante das poucas ações estatais em relação á educação especial inicia-se a implantação de instituições privadas especializadas no atendimento as pessoas com deficiência. Registro do ministério da educação (Brasil, 1975) apontam o instituto Pestalozzi, criado em 1926 no Rio Grande do Sul , como a primeira instituição de caráter filantrópico atual, a primeira Pestalozzi parte de seus alunos através de convenios com instituições públicas (CAIO, Roberta, MENEGHETTI, Rosa G. Kromb, p.23).

Em países desenvolvidos é cada vez mais freqüente a presença na vida socialmente ativa de pessoas que antes eram excluídas ou marginalizadas. Por outro lado, nos países em desenvolvimento os avanços têm sido menos acentuados, parcialmente devido ao custo financeiro que determinadas mudanças exigem. No entanto, ao redor do mundo há atualmente uma mudança significativa na concepção de inclusão social

2.3. Inclusão e a Família

Sendo a maior deficiência da humanidade o preconceito implantado, dentro de um contexto cultural romper com essas barreiras, requer reflexão e conhecimento. Aceitar que o outro é diferente e não inferior requer quebrar padrões de comportamento os quais a mídia e a própria sociedade propõe como padrão.

Pacheco (2007, p.14), descreve a inclusão como uma tentativa de atender as necessidades educacionais dos alunos na escola[...].

Sendo a família o primeiro passo para se integrar socialmente, escola e família devem caminhar juntas.

Segundo Pacheco:

A educação inclusiva tem sido discutida em termos de justiça social, pedagogia reforma escolar e melhorias nos programas. No que tange a justiça social, ela se relaciona nos valores de igualdade e aceitação. As práticas pedagógicas em uma escola inclusiva precisam refletir uma abordagem mais diversificada, flexível e colaborativa do que em uma escola tradicional (PACHECO, 2007, p 15).

Primeiramente esta transformação deve ocorrer na família e para que essa aceitação ocorra é preciso romper barreiras descentrando conceitos pré estabelecidos dentro de um contexto familiar e juntamente com a escola formar sujeitos sociais abertos a diversidade garantindo padrões de respeito e direitos sociais.

Educar para a diversidade é fazer das diferenças um triunfo, explorá-las proceder como grupo, entender que o acontecer humano é dentro de avanços e limites. E que busca o novo do diverso, que impulsiona a nossa vida e deve orientar para a adoção de práticas pedagógicas, sociais e políticas em que as diferenças sejam vividas como parte de nossas vivências, e não como algo exótico ou como desvio ou desvantagem.
(GOMES, 2002 p. 117)

Para que se avance dentro desse paradigma, da inclusão temos que buscar o princípio da problemática na família, buscando interagir para compreender as diferenças sejam elas raciais, culturais ou étnicas, trazendo isso para a escola reconhecendo suas vantagens e desvantagens para educar com igualdade porque quando falamos em discriminação dentro da sociedade brasileira estamos em especial falando do negro, e a

chamada inclusão social e dessas pessoas marcadas por processos culturais de desigualdades sociais dentro do Brasil desde seus primórdios.

Segundo o parecer do CNE/Cpn. 003/04, podemos dizer que o fato de as populações negras representarem 45% da população Brasileira de acordo com o último IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, não tem sido suficiente para eliminar ideologias e desigualdades.

2.4.Inclusão e a Escola

Vive-se num período de transformação a questão da remoção de barreiras à aprendizagem e suas relações com necessidades educativas especiais, garantindo o direito de todos na escola, pois todo o processo de desenvolvimento está centrada na aquisição do conhecimento, modificando os conceitos de educação, gerando novos modelos de gestão educativa e novas expectativas sobre a inclusão educacional e social neste milênio. Barreiras à aprendizagem são obstáculos que se impõem aos alunos, criando-lhes dificuldade no apreender, no avanço de conhecimento de ambos os grupos alunos com deficiências ou ditos normais.

Os educadores têm o compromisso de examinar a prática pedagógica sob a ótica da remoção das barreiras à aprendizagem. Remover barreiras à aprendizagem é pensar em todos os alunos enquanto sujeitos em processo de crescimento e desenvolvimento que vivenciam o processo ensino-aprendizagem diferentemente, seja por seus interesses, motivações, o desafio educacional está, portanto, na capacidade de responder às necessidades que se colocam para uma educação inclusiva para um grande contingente de profissionais da educação, mantendo a qualidade de seu ensino, encontrando formas alternativas para o cumprimento de seu papel, em termos metodológicos, cabe explorar com serenidade, criatividade e competência as possibilidades contidas nos recursos educacionais disponíveis.

Remover as barreiras à aprendizagem pressupõem conhecer as características do processo aprender, bem como as características do aprendiz, o que exige o conhecimento na ação e a reflexão sobre a ação. Tal concepção sustenta a formação do professor com um profissional prático – reflexivo e profissional da aprendizagem em que se reconhece a riqueza da experiência vivenciada, iluminada por um conjunto de saberes próprios do fazer do sempre.

Conforme Sánches e Romeu (1996, p. 69) afirmam:

O professor requer uma série de estratégias organizativas e metodológicas em sala de aula. Estratégias capazes de guiar sua intervenção desde processos reflexíveis, que facilitem a construção de uma escola onde se favoreça a aprendizagem dos alunos como uma reinterpretação do conhecimento e não como uma mera transmissão de cultura.

O favorecimento da aprendizagem implica, para o professor, saber o que é o processo da aprendizagem e como ela se dá, também é importante conhecer sobre o processo de desenvolvimento do ser humano em suas diversas faces, examinando suas relações como a aprendizagem.

Educadores que se identificam como profissionais da aprendizagem transformam suas salas de aula num espaço acolhedor, prazeroso, ousado onde buscam o aprender a aprender com amor e paixão e a aprender a pensar, a refletir com temas atuais de seu interesse, de sua realidade num clima com atividades prazerosas onde favoreça as ações de uma prática da educação inclusiva, o ensino terá uma característica individual, com ações pedagógicas conscientes viáveis em termos de aplicação cotidiana em sala de aula, favorecendo as trocas de experiências e da cooperação.

O mais importante recurso em sala de aula é o próprio aluno.

Em cada sala os alunos representam: Uma fonte rica de experiências, de inspiração, de desafios e de apoio que, se for utilizada, pode insuflar uma imensa energia adicional às tarefas e atividades em curso. No entanto, tudo isso depende da capacidade do professor em aproveitar essa energia.(...) os alunos têm a capacidade para contribuir para a própria aprendizagem (...) a aprendizagem, em grande medida, um processo social. (AINSCOW,1997, p. 16).

Qualquer um é capaz de aprender, a aprendizagem é a conexão estímulo resposta e mesmo dentro de suas limitações o portador de necessidades especiais é capaz de aprender. Para Vygotsk, aprendizado e desenvolvimento estão inter-relacionados desde o primeiro dia de vida de uma criança. Porém o que acaba ocorrendo na escola é a exclusão do indivíduo.

Ao falarmos de evasão escolar ou exclusão da escola, parece-nos que não há diferença na definição do conceito. No entanto falar em evasão sugere que o aluno se evade, deixa um espaço e uma oportunidade que lhe foi oferecida por motivos pessoais ou familiares. Ele é responsável pela evasão e pelos efeitos sociais que lhe acarretará ao longo da luta pela sobrevivência.(BONETI, Lindomar Wessler. p. 103).

A escola inclui e ao mesmo tempo exclui, pois o diferente sempre será visto como incapaz, para que a inclusão ocorra de fato é preciso compreender as diferenças e respeitá-las dentro de suas limitações. A prática inadequada da avaliação do indivíduo com dificuldades ou distúrbios de aprendizagem, causa diversos danos, pois a mesma é seletiva e proporciona a exclusão. Dentro do contexto avaliativo também há pontos positivos dependendo do posicionamento do professor que ao compreender as limitações de seus alunos poderá avaliá-los de acordo com seu nível de desempenho, segundo Luckesi.

A avaliação da aprendizagem necessita para cumprir seu verdadeiro significado, assumir a função de subsidiar a construção da aprendizagem bem-sucedida. A condição necessária para que isso aconteça é de que a avaliação deixe de ser utilizada como um recurso de autoridade, que decide sobre os destinos do educando, e assuma o papel de auxiliar o crescimento. (LUCKESI, Cipriano p.166).

A prática escolar constitui-se de provas, exames, para verificar o nível de desempenho dos alunos, sendo assim essa prática exclui uma parte dos alunos e admite outros, manifestando uma prática seletiva e excludente.

Assim planejamento e avaliação são atos que estão a serviço da construção de resultados satisfatórios. Enquanto o planejamento traça previamente os caminhos, a avaliação subsidia os redirecionamentos que venham a se fazer necessários no percurso da ação. A avaliação é um ato de investigar a qualidade dos resultados intermediários ou finais de uma ação, subsidiando sempre sua melhora. (LUCKESI; Cipriano. p.165)

A prática avaliativa é difícil de ser mudada pelo fato de ser mudada pelo fato de se viver numa sociedade capitalista onde a própria sociedade exige um processo seletivo e torna-se difícil realizar a avaliação na integralidade de seu conceito, no exercício de atividades educacionais sejam elas individuais ou coletivas.

2.5. Relacionamento professor e aluno

O professor deve ter clareza em seu papel, ter firmeza quanto a postura em relação à criança portadora de alguma necessidade especial, levando em consideração a postura a ser tomada em relação a esse aluno de um lado o professor super-estima seu papel (convicto demais dogmático fechado), às vezes até por defeito, por não ter realmente clareza de qual é o seu papel, por outro lado subestima seu papel (inseguro,

desorientado, não convicto frouxo, mole e até culpado). Portanto, o professor precisa conquistar a confiança e o respeito da turma para se tornar seu mestre não apenas basear-se no caráter formal de sua posição (diploma, contrato, concurso ou responsabilidade apenas com matérias que ache importante deixando as que não lhe interessem de lado).

O professor deve estar em uma busca constante de superação de limites e quebras de estigmas evoluindo e quebrando conceitos pré estabelecidos. Nós professores, sabemos da perplexidade e da preocupação, que se sentimos ao lidar, na sala de aula, com a diversidade das características de comportamento e de aprendizagem. Em relação aos que aprendem no ritmo que é esperado, e que têm atitudes consideradas “anormais”. Sabemos, também, da dificuldade que temos – até mesmo por deficiências na nossa formação – em atender a estes alunos, fazê-los aprender e promover a sua interação com o grupo.

CONCLUSÃO

As escolas inclusivas devem reconhecer e responder às diversas necessidades de seus alunos, acomodando tanto estilos como ritmos diferentes de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos por meio de currículos apropriados, modificações organizacionais, estratégia de ensino, uso de recursos e parcerias com a comunidade.

As políticas educativas que abarcam a inclusão estão à frente nos currículos. A inclusão como meta, não deixa nem um aluno fora do ensino escolar.

Os primeiros resultados da escola inclusiva estão agradando a todos os envolvidos, pais, alunos e professores. Isso faz com que a tolerância e o respeito para com os referentes sejam apreendidos por todas as mães já perceberam a diferença da vida dos filhos incluídos no ensino regular. O bom desempenho dos alunos na convivência escolar é a primeira etapa da inclusão.

A inclusão vem fortalecer a crença sobre a capacidade dos Portadores de necessidades especiais que os pais já conheciam, mas não conseguiam realizar, ou seja, tornar realidade a inclusão social.

A inclusão social na escola estabelece a inclusão social de todos, portadores de necessidades especiais ou não, todas as pessoas que estiverem envolvidas estão certamente incluídos.

Os pais, a família a escola e a sociedade precisam cada vez mais fazer a sua parte. A escola com a inclusão está inovando as práticas pedagógicas e estendendo seu papel social na compreensão, no respeito e na justiça para com os diferentes.

A criança que é diferente está se vendo igual a todos e ao mesmo tempo sendo capaz de aprender as mesmas coisas com os outros de forma diferente, mas capaz de interagir com todos e adquirir conhecimentos iguais aos outros.

A aprendizagem do incluído ainda gera algumas discussões polarizadas em relação a prática do professor. Alguns professores foram desarrumados na sua prática de atividades diárias. A presença de alunos com dificuldade da aprendizagem exige que o professor refaça a metodologia de ensino. Isso gera desconforto e descontentamento. O percentual de professores que ainda pensam assim é baixo, a ideia de inclusão está em construção.

Para construirmos uma sociedade mais justa e uma escola inclusiva precisamos respeitar as diferenças, é as diferenças que fazem promover todas as pessoas. Uma sociedade justa dá oportunidades para todos, sem qualquer tipo de discriminação.

Na reflexão sobre inclusão e exclusão podemos utilizar duas visões didáticas à visão estática e visão dinâmica a visão estática estabelece considerações específicas sobre as diferenças. E a visão dinâmica oportuniza o aprendizado sem qualquer limitação no ensino aprendizagem oferece uma situação compreensiva.

Nessa perspectiva, a formação continuada tem que garantir o seu espaço no interior da rede de ensino, mostrando-se capaz de promover o intercâmbio de propostas advindas dos centros universitários que atendam à realidade da escola, quando se pensa em estabelecer um ensino igualitário para todos os alunos.

Ao considerar que o estabelecimento da educação inclusiva é algo recente, em nosso país, novas propostas de formação continuada surgem para promover uma contínua reflexão dos profissionais do ensino sobre os métodos e conhecimentos teóricos da aprendizagem.

De acordo com tais estudos, sua efetivação nas escolas dependerá de um conjunto de esforços multidisciplinares para a criação ou reestruturação de atitudes educacionais que substituam as velhas práticas pedagógicas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Rubens. **Conversa com quem gosta de ensinar**. São Paulo: Cortês, 1991.

ARANHA, M.S.F. Visão Histórica. Em Manzini, E. (org.) **Educação Especial: temas atuais**. Marília: UNESP, 2005.

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto - **Secretária de Educação Especial** - CARVALHO, Erenice Natalia Soares. **Educação Especial - Deficiência Mental**. Brasília, SEESP, 1997.

BONETTI, Lindomar Wessler. **Exclusão como estratégia de desenvolvimento**. Caderno dos CEAS, Salvador, n. 170, p.33-49, jul./ago. 1997.

CAPUTO, Maria Elisa Ferreira; GUIMARÃES, Marly. **Educação Inclusiva**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003.

_____. **Declaração de Salamanca e Linha de ação sobre necessidades especiais**. 2º ed. Brasília, CORDE, 1997.

FRANÇA. Elvira Eliza. **Indisciplina escolar como indício da expressividade infantil**. São Paulo:Zahar, 1979.

FREIRE, Paulo. Tradução de Moacir Gadotti e Lillian Lopes Martin. **Educação e Mudança**; Rio de Janeiro: Paz e terra, 1979.

GAIO, Roberta. MENEGHETTI, Rosa G. Krob. **Caminhos pedagógicos da Educação Especial**. Rio de Janeiro: 3º ed. Vozes, 2004.

GOMES, N. L. **Juventude Praticas Culturais e identidade negra**. Revista Palmares em ação, Brasília. Fundação cultural Palmares, 2002.

_____. MEC. Em aberto. **Plano Decenal de Educação para todos**. nº 59 (especial) Brasília, 1993.

_____. MEC. SEESP. **Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica**. Brasília: MEC/SEESP, 2001.

Ministério da Educação. Diretrizes para Educação especial na educação básica. Brasília: Secretaria de Educação Especial-MEC/SEESP,2001.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. A Gestão Democrática da Educação no Contexto da Reforma do Estado. In: FERREIRA, Naura Syria Carapeto; AGUIAR, Márcia Ângela da S. (orgs.). **Gestão da Educação: impasses, perspectivas e compromissos**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

OLIVEIRA, Pêrsio Santos. **Introdução à Sociologia**. São Paulo, 2001.

PACHECO, José. **Caminhos para a inclusão**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

PARO, Vitor Henrique. O princípio da gestão escolar democrática no contexto da LDB. In: MINTO, César Augusto [et.al]. **Gestão, financiamento e direito à Educação: análise da LDB e da Constituição Federal**. OLIVEIRA, Romualdo Portela de; ADRIÃO, Theresa (orgs.) São Paulo: Xamã, 2001.

_____, **Plano Nacional de Educação/ Lei nº 10.172/2001**.

_____. Lei nº 9.394. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Promulgada em 20 de Dezembro de 1996**. Brasília 1996.

VIGOTSKI, L. S. **A Formação Social da Mente**. São Paulo, Martins Fontes, 1984.

VASCONCELOS, Celso dos S. **Construção da disciplina consciente e interativa na sala de aula e na escola: Vozes**.1994.